

## **Italianos e caboclos: relações étnicas e territoriais no Oeste de Santa Catarina**

*Italians and caboclos: ethnic and territorial relations in the West of Santa Catarina*

Cauana Harz Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** O território que compõe o Oeste catarinense foi palco de inúmeras disputas, essas disputas tiveram início com o processo de colonização das Américas e estenderam-se até a chegada das empresas colonizadoras no século XX. O objetivo desta pesquisa é levantar alguns pontos essenciais para a compreensão do processo de colonização, a disputa pelo território, a industrialização e as relações étnicas estabelecidas entre italianos e caboclos no final do século XIX até meados do século XX no Oeste de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Italianos; Colonização; Caboclos; Oeste Catarinense.

**Abstract:** The territory that forms the West of Santa Catarina has been the scene of countless disputes, these disputes have started with the colonization process of the Americas and extended until the arrival of colonizing companies in the 20th century. The objective of this research is to raise some essential points for the understanding of the colonization process, the dispute for the territory, the industrialization and the ethnic relations established between italians and caboclos in the end of the 19th century until the middle of the 20th centuries in the West of Santa Catarina.

**Keywords:** Italians; Colonization; Caboclos; West of Santa Catarina.

### **Introdução**

Até 1822 os territórios brasileiros não ocupados eram considerados imperiais, sendo assim, era o próprio rei que tinha o poder de conceder terras a quem desejasse através do regime de “Sesmaria”<sup>2</sup>. Após essa data a concessão de terras cessou e deu espaço para as ocupações não regulamentadas pela legislação, durante esse período o Império vivia um momento de expansão para o interior realizada principalmente pelos militares. Os militares foram os precursores do sistema de posses, sendo que esse mesmo grupo ficou responsável pela recolocação e expulsão dos moradores desses territórios<sup>3</sup>.

Na metade do século XIX foi promulgada a Lei de terras (1850), dentre os objetivos da nova legislação estavam a validação das sesmarias dos territórios considerados produtivos, a devolução à Coroa dos considerados improdutivos e a transformação da terra em mercadoria. A nova lei estimulava também a vinda de imigrantes ao Brasil:

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Ca94harz@gmail.com

<sup>2</sup> O Regime de Sesmaria permitia que os territórios não ocupados fossem povoados por grupos (europeus, cristãos etc) escolhidos pela Coroa, normalmente, a maior parte a terra cedida continuava sendo propriedade da Coroa.

<sup>3</sup> SOUZA, 2015, p. 3,4.

A Lei de terras oferecia incentivos aos imigrantes e não impunha nenhuma das restrições do projeto original para a aquisição de terras [...] imigrantes que comprassem terra e nelas morassem seriam recompensados com a naturalização depois de dois anos [...] ficavam isentos de prestar serviço militar [...] A lei permitia ao Tesouro utilizar os fundos gerados pelas vendas de terras e sua regulamentação para financiar o levantamento nacional de terras e para trazer anualmente certo número de imigrantes para o Brasil [...] esses imigrantes [...] tinham de trabalhar como empregados por períodos previamente específicos<sup>4</sup>.

Por outro lado, os povos nativos foram afetados de forma negativa pela nova lei, com a passagem de um regime de terras comunais para outro centrado no liberalismo a luta pela terra intensificou-se. Antes dos primeiros contatos o Oeste catarinense era habitado pelos Guaranis e Kaingang, já os Xoklengs situavam-se principalmente nos Campos de Lages, Curitiba e Caçador<sup>5</sup>. Devido aos inúmeros confrontos entre os nativos e os fazendeiros da região, os primeiros foram empurrados cada vez mais para o interior, para regiões mais afastadas, para os centros urbanos ou em outros casos esses grupos foram exterminados<sup>6</sup>. Além do povoamento ser visto como a chegada da “civilização” (promovendo a catequização ou expulsão dos indígenas) pelo homem branco, a colonização foi um meio de proteger o território do avanço argentino.

Além das disputas travadas inicialmente entre Portugal e Espanha, posteriormente, entre Argentina e Brasil, após a colonização ocorreu um processo de disputa étnica e cultural entre os grupos que habitavam o Oeste catarinense. Se por um lado os colonizadores buscavam desbravar terras para a produção agrícola, por outro, os indígenas viviam da pesca e da caça, sendo essencial para os últimos a existência das florestas fechadas<sup>7</sup>.

Com o crescimento das contendas os italianos e os fazendeiros contrataram bugreiros<sup>8</sup> para capturar e até mesmo exterminar os nativos. Esses bandos atacaram as terras indígenas e promoveram um verdadeiro massacre desses grupos. Além dos indígenas, o Oeste catarinense foi povoado também pelos caboclos, sendo assim, pode-se observar a existência de pelo menos três grupos distintos convivendo em um território comum. Levando em consideração o fato de que os próprios indígenas formam mais de um grupo étnico, esse número aumenta.

Os italianos costumavam chamar os caboclos de “brasileiros” e acreditavam que esse grupo era “pouco ligado ao trabalho”, por outro lado os colonos viam-se como verdadeiros

---

4 HOLSTON, 2013, p. 179.

5 RADIN, 2001, p. 19.

6 PAIM, 2006, p. 126.

7 RADIN, 2001, p. 24.

8 Esses indivíduos eram especialistas em atacar e matar grupos indígenas. Eles eram frequentemente contratados por fazendeiros ou pelo Governo.

pioneiros ligados fortemente ao ofício braçal. Essa perspectiva do italiano em relação ao brasileiro é uma forma de categorizar o “outro”, ou seja, formar a alteridade do caboclo “sem origem” (negativa) em detrimento do colonizador “de origem” (positiva). “A expressão comum entre os “de origem” para designar os “sem origem” é a seguinte: “cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais)”<sup>9</sup>, o outro grupo por sua vez referia-se aos italianos como “gringos”.

### **Povoamento do Oeste catarinense e o incentivo à imigração**

Segundo pesquisas arqueológicas os primeiros indivíduos que deram origem aos povos Kaingang teriam chegado à região Oeste de Santa Catarina por volta de 5.500 a.C. A ocupação por parte dos brancos ocorreu milhares de anos depois através das investidas dos bandeirantes, das missões jesuítas e dos caminhos das tropas. O caminho das tropas foi essencial para a conquista desse território pelos portugueses, pois ao longo desse percurso onde as tropas passavam foram surgindo pontos estratégicos para o descanso dos animais, as invernadas tornaram-se territórios colonizados. Durante o século XIX e ao longo do século XX a extração da erva-mate e da madeira e a pecuária atraíram novos moradores para a região. Foram estabelecidas fazendas de criação nos campos de Palmas e do Erê, formando os primeiros latifúndios da região:

Além da criação, em regime extensivo, de gado vacum para consumo humano e de muars para o trabalho, essas fazendas dispunham de invernadas para o descanso das tropas. Os primeiros trabalhadores (assim considerados pela literatura) presentes na região estão representados na figura do serrano [...] O estabelecimento das fazendas de criar ensejou conflitos com a população autóctone<sup>10</sup>.

Um aspecto importante que despertou o interesse dos portugueses nessa região foi a grande quantidade de gados soltos que habitavam os campos sulinos. A ocupação desse território partiu inicialmente dos campos de Guarapuava indo em direção ao território que posteriormente seria de Santa Catarina e, como consequência, verificou-se o desenvolvimento da pecuária e a expansão do cultivo e corte da erva-mate.

A partir de 1875 houve uma intensificação na imigração italiana para o Brasil, isso aconteceu como consequência da introdução do capitalismo no meio rural italiano. As altas

---

9 RENK, 2006, p. 39.

10 RENK, WINCKLER, 2018, p. 12.



taxas de pobreza e o êxodo rural forçaram o campesinato italiano a migrar para outros países<sup>11</sup>. A imigração foi incentivada pelo governo brasileiro através da propaganda e de legislações específicas criadas para atrair os europeus para o Brasil. Um bom exemplo é a Inspetoria Geral de Terras e Colonização que foi criada com o objetivo de formar “centros de atração” a partir da oferta de pequenos lotes de terra<sup>12</sup>. O decreto n. 927, de 1892, regulamentou o serviço da Inspetoria Geral de Terras e Colonização proporcionando a concessão de terras, auxílios financeiros tanto para a viagem quanto para a instalação de novos imigrantes.

Renilda Vicenzi (2008), citando Hutter (1987) e De Boni e Costa (1982), afirma que essa imigração não ocorreu por mera escolha, mas como consequência de uma onda de calamidades naturais e da introdução do capitalismo no meio rural italiano. Altos impostos, superpopulação nas cidades por conta do êxodo rural, fenômenos climáticos que destruíram as plantações caracterizam esse processo de imigração às Américas<sup>13</sup>. Após uma longa viagem marcada muitas vezes pela escassez e até a morte, os imigrantes chegavam em solo americano com a esperança de uma vida melhor, de “fazer à América”.

No Oeste catarinense a colonização italiana foi incentivada pela empresa colonizadora Bertaso que se instalou em Chapecó no ano de 1918. Na propaganda da empresa colonizadora Bertaso (ANEXO I), o mapa do território acompanhava o seguinte texto transcrito por Vicenzi (2008):

As terras presentes no presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catarina e se recommendam tanto pela fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variados cultivo. Si assim não for, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e nas margens do Chapecó, também para canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquele que as visitar<sup>14</sup>.

De acordo com a propaganda acima, a empresa pretendia garantir a suposta qualidade de suas terras, o território é descrito de forma simples e os principais atributos evidenciados estão relacionados às atividades laborais, uma forma de atingir o público-alvo. Com isso, o Estado garantia o domínio do território e a empresa colonizadora lucrava com a venda dos pequenos lotes de terra para os imigrantes.

---

11 VICENZI, 2008, p. 16.

12 Idem, p. 24.

13 Idem, p. 31.

14 VICENZI apud BERTASO, 2008, p. 81



Ao Estado interessava garantir a posse e o domínio da região. Povoando-a com núcleos populacionais agrícolas, legitimava seu poder sobre o território, impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, como a apresentada pelo Paraná, ou de lutas pela posse de terras, como no caso do Contestado. Por seu lado, a Colonizadora Bertaso interessava-se na concessão de amplas áreas de terras a serem tituladas, para desmembrá-las em pequenas e médias glebas a serem vendidas para camponeses sequiosos de terra<sup>15</sup>.

Mas, de que forma essas empresas tomaram posse dessas antigas terras comunais? Inicialmente, o Estado concedeu grandes pedaços de terras às empresas colonizadoras, estas por sua vez, facilitaram a colonização através da venda de pequenos lotes aos imigrantes, marcando o processo de mercantilização da terra. O pagamento da terra pelos colonos era feito através de parcelas, em alguns casos os compradores sequer conheciam as terras adquiridas e em outras ocasiões esses locais já possuíam moradores que seriam expulsos de suas casas após a venda do território.

Caboclos e italianos possuíam visões diferentes em relação à ocupação, ao trabalho e aos modos de vida, enquanto os primeiros viviam baseados em uma economia de subsistência os segundos voltavam-se para a produção de excedentes.

Os caboclos viviam em casebres provisórios de tábuas lascadas e chão batido e plantavam principalmente feijão e milho, em pequenas roças de subsistência [...] Os colonos residiam em casas permanentes, produzindo gêneros de subsistência e mercantilizáveis [...] Os diferentes modos de produção criaram um verdadeiro abismo entre as duas comunidades, ensejando fortes preconceitos sobre os caboclos, entre os colonos; processo determinado e influenciado pela colonizadora<sup>16</sup>.

Sendo assim, a própria empresa colonizadora fomentava as diferenças culturais dos grupos ali existentes, os colonos eram vistos como os verdadeiros proprietários em oposição aos caboclo e aos indígenas, designados como intrusos. A vinda dos italianos para o território foi tratada como a chegada da civilização, a criação de gado e a coleta da erva-mate feita anteriormente deu lugar a um leque de outras atividades laborais. Dentre as novas atividades desenvolvidas pelos imigrantes estão a criação de novas estradas, a derrubada de matas, além do cultivo de alimentos e a criação de animais.

Junto com a colonização, os frigoríficos e a criação dos animais em poteiros substituíram a criação de animais para a subsistência, prática do homem caboclo. A industrialização que ocorre no Oeste de Santa Catarina foi consequência do processo de

---

15 VICENZI, 2006, p. 304-305.

16 id., 2008, p. 66, 67.



modernização que o próprio país passava nesse momento, sendo assim, o antigo sistema caboclo passa a ser visto como sinônimo de atraso. As empresas que se instalavam nesse território priorizavam a mão de obra italiana, pois acreditavam que estes indivíduos reproduziriam no ato laboral a mesma subordinação vertical característica do meio familiar destes grupos.

### **Caboclos e italianos**

A família cabocla que predominava no Oeste de Santa Catarina antes da colonização possuía características bem distintas da família italiana. Temos aqui duas formas diferentes de ver o mundo e de estabelecer relações sociais com o meio, tal diferença reflete-se nos conflitos travados pós-colonização e na forma como estes dois grupos constroem suas alteridades baseadas em sua própria experiência de vida.

O caboclo praticava a agricultura de subsistência e não estabelecia relações de posse com a terra, o *ethos* caboclo era caracterizado também pelo sistema de puxirões que nada mais era do que uma forma de ajuda mútua, o sistema de faxinal que “adotando um modo de apropriação comum dos recursos naturais [...] reuniam os pequenos sitiantes que compatibilizavam o criatório com o plantio, respeitando a floresta”<sup>17</sup> e as festas de “adoar” cujo objetivo era a doação recíproca. O pensamento caboclo voltava-se para a coletividade pois estes indivíduos acreditavam que a terra pertencia a Deus e (ou) ao país. Após a colonização e a introdução do sistema capitalista em terras oestinas, esse pensamento é visto como atraso, pois a partir de então os valores predominantes estão ligados à propriedade privada e a cultura italiana.

Antes da colonização a colheita da erva-mate era uma atividade laboral exclusiva do homem caboclo, após a vinda dos imigrantes essa ocupação passa a ser o centro de uma divisão étnico-classista. Dado o processo de industrialização, os ex-posseiros tornaram-se tarefeiros<sup>18</sup>, a maioria empregados pelos colonizadores, sendo assim, percebe-se que a divisão social existente entre estes dois grupos é marcada principalmente por uma forte desigualdade social. O caboclo teve que se adaptar ao novo sistema deixando de lado muitas de suas tradições, esse processo forçado que produziu um elevado número de pessoas em situação de pobreza despertou no caboclo um sentimento nostálgico de saudade do passado e o repúdio ao presente.

---

17 RENK, WINCKLER, 2018, 13.

18 Indivíduo que colhe a erva-mate, recebe por “tarefa”.



O “tempo d’antes” era visto pelo caboclo como sinônimo de felicidade e fartura em oposição ao tempo presente onde a introdução do capitalismo havia trazido consigo a pobreza extrema. Se anteriormente os caboclos criavam seus animais soltos para a subsistência e não possuíam um vínculo privado com a terra, após a vinda das empresas os antigos modos são abalados dando lugar à produção em massa de animais, voltados para a venda e a mercantilização do território.

A pobreza atual, com o mundo dividido entre os grandes e os pequenos (os brasileiros), acaba diferenciada, perceptível sob a acumulação de alguns e o despojamento de outros, principalmente dos “brasileiros” que brasileiros ficavam “pequenos” [...] De modo similar, a riqueza, o “estouro dos grandes” (aqui em especial os donos de firmas) implica a pobreza dos pequenos. Esta riqueza nada mais é do que subversão, à medida que para permitir a acumulação daqueles, os grandes, expropriaram os pequenos [...]<sup>19</sup>.

A cultura cabocla era caracterizada pela reciprocidade e ajuda mútua, com a introdução dos novos valores e com aumento da pobreza os sertanejos sentiram-se abandonados pelo Estado. Conscientemente ou não, eles utilizaram de sua cosmovisão para dar sentido às mudanças ocorridas, prova disso é a proliferação do pensamento messiânico e a eclosão da Guerra do Contestado que ocorreu entre 1912 e 1916.

Do lado italiano, a principal forma de trabalho era a agricultura, normalmente, os colonos faziam a derrubada das matas e em seguida realizavam a plantação. Ligados fortemente às atividades laborais os imigrantes possuíam uma divisão bem definida dos papéis familiares, os homens dedicavam-se à administração da propriedade enquanto as mulheres realizavam o trabalho doméstico e dedicavam-se também ao trabalho nas lavouras. Outro aspecto importante do *ethos* italiano é a caça, inicialmente este ato estava ligado à subsistência desse grupo, porém posteriormente passa a ser um momento de confraternização entre os pares.

Dados os momentos de escassez, os imigrantes desenvolveram um sistema de ajuda mútua, porém, este sistema limitava-se apenas aos indivíduos da mesma etnia. Esse sentimento de pertencimento ao grupo era tão forte que uma das principais preocupações era a miscigenação com o caboclo. O homem italiano devia casar-se com uma mulher dedicada ao trabalho que dado as circunstâncias e as crenças seria uma mulher proveniente da mesma etnia. A família italiana era estruturada em moldes tradicionais, os casamentos normalmente eram arranjados e estes indivíduos prezavam fortemente pela educação hierárquica e religiosa de seus filhos.

---

19 RENK, 2006, p. 53.

Estes dois grupos estabeleceram relações a partir do século XX no Oeste de Santa Catarina, estas relações foram marcadas pelas diferenças sociais, étnicas, culturais e religiosas. Como já citado anteriormente, um dos fatores que atraiu os caboclos para o Oeste de Santa Catarina foi a extração da erva-mate, com o processo de colonização a maior parte das terras cujas áreas são utilizadas para o cultivo da erva-mate, passaram a pertencer aos descendentes de italianos. Inicialmente, estes últimos começaram a construir barbaquás<sup>20</sup> restando aos caboclos o processo de extração da erva, cuja remuneração ocorria de acordo com o arroba colhido, “atualmente, a extração da erva-mate é um ofício étnico situado na mais baixa hierarquia das atividades laborativas. Nada estranho, portanto, que ocorram denúncias de trabalho escravo entre extratores de erva-mate”<sup>21</sup>. Esse tipo de trabalho é visto como o mais baixo dentro da hierarquia laboral, sendo considerado pelos colonos como “trabalho de caboclo”, quando um italiano “de origem” praticava a extração da erva-mate era considerado “acaboclado”, por consequência era visto como inferior.

Outro aspecto importante que ilustra as diferenças sociais existentes entre caboclos e italianos são as crenças religiosas. Para as empresas colonizadoras, bem como para o Estado, os imigrantes trariam consigo a civilização, civilização essa marcada principalmente pelo catolicismo oficial. Posteriormente, notou-se que isso não ocorreu pois assim como o caboclo o italiano valia-se de um catolicismo popular próprio, mesmo com essa diferença, o catolicismo caboclo foi acusado de heresia em detrimento do catolicismo italiano. As relações estabelecidas entre os homens da Igreja e os caboclos eram conflituosas:

Não eram assíduos às práticas religiosas. Ora comportavam-se como “cristãos novos”, ingressantes na Igreja, mas sob grande vigilância pelo temor de não terem abandonadas práticas tradicionais, tais como, o batismo em casa e nas águas “santas”, antes ou depois daquele feito na Igreja Católica. Este último seria o único ritual legítimo a ser admitido. Eram desqualificados pelas crenças tradicionais, consideradas agora superstições, e por não fornecer filhos para as vocações religiosas, ao contrário dos italianos e alemães<sup>22</sup>.

As festas de “adoar” já citadas anteriormente possuem caráter religioso, São João e São Roque são dois dos santos mais venerados pelos brasileiros e as festas em homenagem a estes santos permanecem até os dias atuais em diversas cidades do Oeste de Santa Catarina. Assim como os caboclos, os italianos ligavam-se também a vida religiosa, esse aspecto auxiliou na construção da identidade étnica-racial deste grupo. Sabendo disso, as empresas colonizadoras

---

20 Fornos utilizados para secar a erva-mate.

21 RENK, WINCKLER, 2018, p.14.

22 RENK, 2008, p. 61.



incluiram em suas propagandas informações que mostravam que os territórios que estavam à venda possuíam igrejas e sacerdotes. Os imigrantes dedicavam-se à construção de capelas, aos benzimentos e ao lazer ligado à vida religiosa, assim como os caboclos sua cultura popular diferencia-se dos dogmas oficiais da Igreja católica, como já dito anteriormente.

Existem muitos aspectos que separam o caboclo do italiano, por outro lado, existe um aspecto essencial que os unem: a mudança drástica de vida que ambos os grupos sofreram após a imigração e a colonização. Se por um lado o italiano sofreu com a introdução do capitalismo no meio rural na Itália e, por consequência teve que partir para o novo continente, por outro, o caboclo sentiu as mudanças estruturais após o advento da industrialização e da colonização. Mesmo com todas as mudanças, os caboclos preservaram muitos elementos culturais próprios, a sobrevivência de certos costumes sincretizados com a nova cultura italiana criou um ambiente cujas relações estabelecidas entre os grupos ora são conflituosas, ora sincréticas.

## **Conclusão**

A colonização italiana no Oeste de Santa Catarina, bem como o processo de industrialização deste território introduziu novos elementos culturais que, somados aos antigos costumes caboclos, produziu uma divisão étnica-classista. Essa separação manifesta-se através das relações estabelecidas entre ambos os grupos, porém, essa separação não é exclusivamente conflituosa. Ao mesmo tempo que ocorre uma divisão silenciosa ilustrada principalmente pela luta na erva, muitos outros aspectos de ambas as culturas foram mesclados e criaram uma outra sociedade, proveniente desse sincretismo. Se inicialmente era o caboclo com sua cultura que dominava os campos do Oeste de Santa Catarina, com o processo colonizador, a industrialização e a Lei de terras de 1850, antigas estruturas foram abaladas gerando conflitos como a Guerra do Contestado. Sendo assim, percebemos que essas diferenças proporcionaram ao Oeste catarinense um emaranhado cultural. A introdução do capitalismo, tanto no meio rural brasileiro quanto no meio rural italiano, interferiu de forma irreversível nas tradições existentes no seio das famílias caboclas e italianas. Os contatos provenientes disso criaram, por sua vez, novas relações sociais que até os dias atuais podem ser percebidas no território que hoje se situa Oeste catarinense.

## **Referências**



AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1982. 319 p.

DIEL, Paulo Fernando. A Reforma Católica e o Catolicismo Popular Caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958). **Revista de Cultura Teológica**. ISSN (impresso) 0104-0529 (eletrônico) 2317-4307, [s.l.], n. 15, p.105-121, 21 mar. 2013. Portal de Revistas PUC SP. <http://dx.doi.org/10.19176/rct.v0i15.14276>.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2003.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

PAIM, Elison Antonio. ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 14, p.121-138, jun. 2006.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalos-Brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2. ed. Joaçaba: Unoesc, 2001. 184 p.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, dez. 2006. p. 39-71.

RENK, Arlene. UNS TRABALHAM E OUTROS LUTAM:: BRASILEIROS E A LUTA NA ERVA. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 6, p.239-258, nov. 2000.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Revista Cadernos do Ceom**, [s.l.], v. 31, n. 49, p.10-22, 4 dez. 2018. Cadernos do CEOM. <http://dx.doi.org/10.22562/2018.49.01>.

RENK, Arlene. CATOLICISMO POPULAR E ETNICIDADE NO OESTE CATARINENSE. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 25, p.60-70, dez. 2008.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 18, p.139-160, 2001.

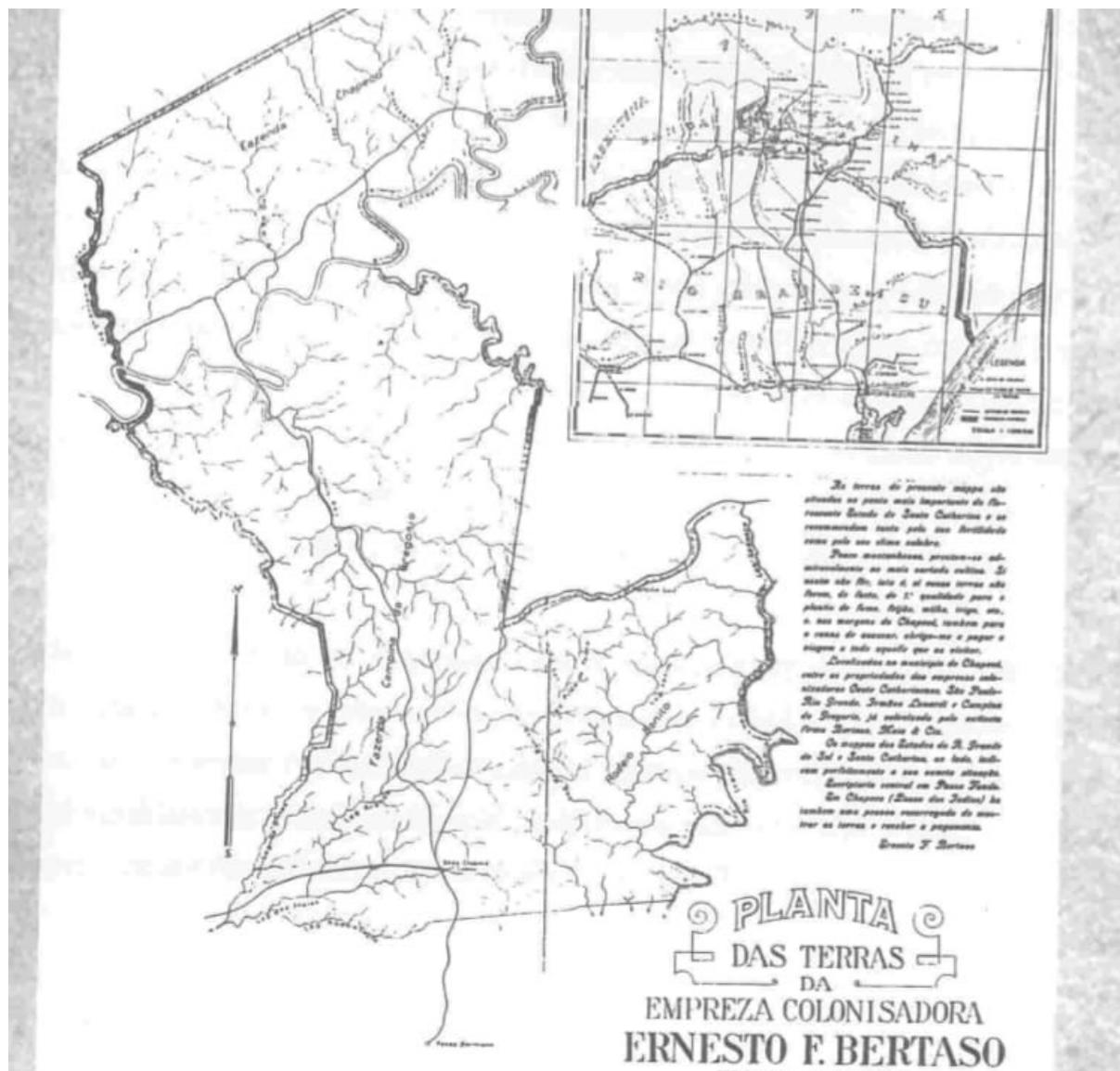
SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 35, n. 70, p.109-130, 8 jan. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70007>.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, dez. 2006. p. 302-318.

VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. 162 p.



### Anexo I – Planta das terras da Colonizadora Ernesto F. Bertaso



Fonte: VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

Lê-se: “As terras presentes no presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catarina e se recommendam tanto pela fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variados cultivo. Si assim não for, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e nas margens do Chapecó, também para canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquele que as visitar. Localizadas no município de Chapecó, entre as propriedades das empresas colonizadoras Oeste Catarinense, São Paulo - Rio Grande, Irmãos Lunardi e Campina do Gregório, já colonizada pela extinta firma Bertaso, Maia & Cia. Os mappas dos Estados do R. Grande do Sul e Santa Catharina, ao lado indicam perfeitamente a



sua exata situação. Escritorio central em Passo Fundo. Em Chapecó (Passo dos Índios) há também uma pessoa encarregada de mostrar as terras e receber o pagamento. Ernesto Bertaso.”

Transcrição: Renilda Vicenzi.

---

Recebido em 07 de junho de 2019.

Aceito para publicação em 24 de agosto de 2020.

